

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de julho de 2019 às 07h49
Seleção de Notícias

Último Segundo - IG | BR

Inovação

Ruptura de contratos para fabricação de remédios deve virar disputa na Justiça 3

ISTOÉ

Gazeta do Povo - Online | PR

Pirataria

Desafios atuais para o enfrentamento do contrabando de cigarros 4

ARTIGOS

Ruptura de contratos para fabricação de remédios deve virar disputa na Justiça

Fim da fabricação de medicamentos gratuitos para diabetes, câncer e HIV pode afetar 30 milhões de brasileiros; laboratórios criticam o governo

Sem aviso a quem depende da saúde pública, foram cancelados os contratos de sete laboratórios nacionais que produzem 18 medicamentos e uma vacina distribuídos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A medida até pode ser legal, mas é desumana, podendo comprometer a saúde de até 30 milhões de brasileiros usuários de remédios para diabetes, problemas renais, câncer, HIV, dores crônicas e transplantados.

Não seria exagero estimar que muitos morrerão, caso nenhuma solução viável seja apresentada. Até parte da produção da vacina tetraviral, que imuniza crianças entre 1 e 2 anos contra sarampo, caxumba, rubéola e varicela, foi cancelada. De maneira leviana, o Ministério da Saúde afirma que não faltarão remédios, já que laboratórios privados supririam a demanda. A ver.

A medida suspendeu parte dos projetos de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que, mediante incentivos, estimula a produção de remédios até 30% mais baratos e permite a **transferência** de tecnologias ao governo, como parte de uma política pública. Os cancelamentos dos contratos foram recomendados pelo Tribunal de Contas da União (T-

CU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que constataram descumprimento de cronogramas e falta de investimentos. Oito empresas internacionais parceiras tiveram acordos suspensos.

Na Justiça

Os laboratórios afirmam que o governo não fez sua parte. "Para suspender uma PDP é preciso a avaliação de um comitê", afirmou o presidente da Associação de Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (Alfob), Ronaldo Ferreira Dias.

A Alfob alega que gera uma economia aos cofres públicos de até R\$ 20 bilhões ao ano. Cinco empresas saíram no prejuízo, pois estavam em fase de importação de insumos e desenvolvimento. O episódio deve chegar aos tribunais. Entre gestores de saúde, a decisão era esperada. O que surpreendeu foi a decisão abrupta, que gerou insegurança jurídica.

O Ministério alega que seus "atos de suspensão" são "transitórios" e que "coleta informações", indicadores de que sua decisão seria afobada. "São produtos de alto valor contra doenças raras. Não dá para fazer transplantes sem eles", diz Gonzalo Vecina Neto, da Faculdade de Saúde Pública da USP. "Agora ninguém sabe qual é o plano do governo". Não se trata de uma novidade.

Desafios atuais para o enfrentamento do contrabando de cigarros

ARTIGOS

O contrabando de cigarros é um exemplo notório de prática criminosa globalizada, uma vez que assola diversas regiões do planeta, com especial ocorrência na América do Sul. No caso do Brasil e dos seus vizinhos, o enfrentamento desse ilícito transfronteiriço sofreu recentemente um revés com a decisão do Parlamento do Paraguai de se recusar a adotar uma das principais premissas do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco (ITP, na sigla em inglês), o aumento nos impostos sobre o produto.

O Paraguai, um dos maiores produtores de cigarros da América Latina e considerado por autoridades de todo o mundo como o principal fornecedor de cigarros contrabandeados para a região, havia promovido um importante avanço ao ratificar, no início de 2019, o ITP. Porém, por 30 votos a 13, os senadores do país derrubaram um projeto de lei que previa o aumento dos impostos cobrados sobre os cigarros produzidos no país de 18% para 30%. Com isso, o país vizinho segue sendo um dos que cobram a menor carga tributária sobre os cigarros em todo o mundo: em uma lista da OMS com 192 países, o Paraguai é um dos 10 países que menos tributam o cigarro no planeta.

Surpreendendo as próprias investidas do governo ao controle ao contrabando, quando o país vizinho foi o sétimo a assinar o documento do ITP (após Brasil, Costa Rica, Equador, Nicarágua, Panamá e Uruguai), a atitude simboliza o fechamento de uma janela de oportunidade para a redução do contrabando na região e a adesão efetiva do país ao combate a esse crime que cresce ano a ano. Com a posse de Mario Abdo Benítez na presidência do Paraguai em 2018, a esperança era de que o governo paraguaio avançasse no controle aos produtos ilegais, uma vez que Benítez deu declarações públicas sobre o comprometimento com esse objetivo, algo inédito até então. Mas sem o

apoio do parlamento, as investidas do presidente caem por terra.

O combate ao contrabando é um tema complexo que envolve inteligência policial, ações nas regiões de fronteira, repressão ao crime organizado e medidas diplomáticas

Ocorre que a medida paraguaia afeta diretamente a economia do Brasil, onde o contrabando de cigarros é um problema enorme: estudos revelam que, atualmente, cerca de 54% do mercado de cigarros é ilegal, o que representa um aumento de 15% em relação aos dados de 2015. O que não se pode ignorar é que o comércio ilegal de cigarros financia o crime organizado, estimula a violência nas regiões de fronteira e coloca em risco a segurança pública e a economia do nosso país.

Além disso, há de se observar que o modelo tributário vigente aqui está se mostrando ineficiente para reduzir o consumo do produto ilegal. Aumentar os tributos sobre o setor tabagista no país, por exemplo, é onerar apenas 46% do mercado e, conseqüentemente, estimular o avanço no consumo de cigarros contrabandeados. É preciso, portanto, equalizar a regulação tributária do setor nos dois lados da fronteira.

Sancionado por 40 países, o protocolo do ITP avança nessa discussão e representa uma mudança significativa de paradigma, com a adoção de um novo padrão global de controle do tabagismo, com parceiros internacionais trabalhando juntos para resolver o problema. O documento contém uma vasta gama de medidas de combate ao comércio ilícito, divididas em três categorias: (i) prevenção do comércio ilícito; (ii) fomento à aplicação da legislação; e (iii) criação de uma base legal para a cooperação internacional.

Continuação: Desafios atuais para o enfrentamento do contrabando de cigarros

Ademais, o protocolo também tem como objetivo o estabelecimento de um regime global de rastreamento que permita aos governos acompanhar efetivamente os produtos de tabaco, desde o ponto de produção até o primeiro ponto de venda. Mas, para garantir sua eficácia, é necessário o estabelecimento de medidas que garantam a cooperação internacional para o compartilhamento de informações, a assistência jurídica e administrativa mútua e o estabelecimento de uma política que garanta até mesmo a extradição de pessoas envolvidas nesse crime.

Para que o ITP possa ser positivo para o Brasil e para a América Latina, é importante também que sua aplicação esteja sob a rubrica da segurança pública. Não

se deve considerar o protocolo como mais uma medida de saúde e controle de consumo de cigarros. O combate ao contrabando é um tema complexo que envolve inteligência policial, ações nas regiões de fronteira, repressão ao crime organizado e medidas diplomáticas, o que deixa claro que se trata de um esforço que deve ser concentrado sob a tutela das forças de defesa.

Rodolfo Tamanaha é advogado, doutor em Direito Tributário (USP) e mestre em Direito Público (UNB). Foi Secretário Executivo do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça.

Índice remissivo de assuntos

Inovação
3

Pirataria
4